# Corporativismo não evitará punições

AGUINALDO NOGUEIRA

BRASÍLIA — O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), coronel reformado do Exército, já foi ministro por quatro vezes e governador uma vez. Agora, está em seu segundo mandato no Senado. Como presidente da CPI que investiga a máfia do Orçamento, reconhece que está numa das mais ingratas situações já enfrentadas: comandar as investigações sobre parlamentares envolvidos em corrupção e que poderão ter seus mandatos cassados.

Mas garante que o corporativismo do Congresso não evitará punições para os parlamentares que comprovadamente estiverem envolvidos. Cauteloso, Passarinho não faz comentários sobre nomes, nem sobre quantos poderão ser punidos. Só não tem mais dúvidas:

— Haverá conseqüências.

Aos 73 anos, Passarinho reclama que, por causa da CPI, está sendo obrigado a levar trabalho para casa, mas não abre mão dos hábitos de fim de semana: aos sábados, visita de manhã o túmulo da mulher Ruth e compra carnes no mesmo açougue que freqüenta há anos. Os domingos são dedicados aos 14 netos.

Alguns hábitos, contudo, sofreram alterações desde que Passarinho assumiu a presidência da CPI. Mesmo no açougue onde compra a carne de sua casa desde que veio morar em Brasília, Passarinho não tem mais sossego. Ele disse que há um mês vem sendo aplaudido por outros fregueses do açougue. Até autógrafo tem sido obrigado a dar.

Mesmo com toda a popularidade que vem alcançando com a presidência da CPI, Passarinho diz não estar interessado na Presidência da República. Afirma que o lançamento de seu nome é uma maneira de desestabilizar os trabalhos da CPI.

**O GLOBO — Na sua avaliação, até onde vai esta CPI?**

**JARBAS PASSARINHO** — Não é fácil chegar a uma prova documental. Muitas pessoas evitam testemunhar temendo sofrer represálias. A impressão que a mesa da CPI tem é que será inevitável que isto se desdobre em outras CPIs. Por exemplo, a forma pela qual a corrupção de duas mãos se dá. Se você não tem corrompidos, não se tem corruptor. Isto não será possível de ser investigado no prazo que temos. Mas tenho certeza de que esta CPI ainda vai resultar em muitas outras coisas.

**O GLOBO — Que dificuldades a CPI está encontrando?**

**PASSARINHO** — A prova testemunhal, que no fundo permite uma conclusão e, conseqüentemente, uma remessa para o Ministério Público Federal, esbarra no medo que as pessoas têm de falar. A nossa possibilidade é de ter as provas da convicção através de uma das quatro subcomissões (de bancos, emendas orçamentárias, de subvenções sociais e de patrimônio). Se o sujeito vende cabritos sem ter cabras é sinal de que alguma coisa existe. Grande parte das nossas conclusões deriva destas comissões, mas o senador Bisol (coordenador da subcomissão de patrimônio) depende dos cartórios do Brasil.

**O GLOBO — Que outras CPIs poderão surgir como desdobramento dessa?**

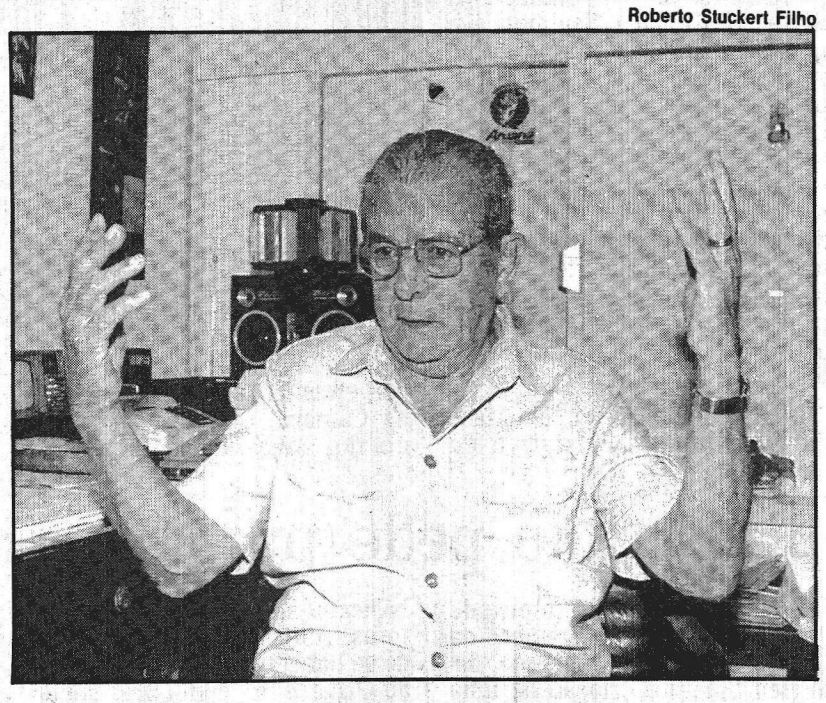
**PASSARINHO** — Estamos recebendo denúncias a toda hora. Agora, por exemplo, há denúncias contra o Judiciário. O deputado Mercadante (Aloizio Mercadante, PT-SP) diz que recebe de meia em meia hora denúncias sobre isso. Isto não pode ser trazido para a CPI, mas pode ir para os tribunais superiores. Nesta área, o presidente da República já entrou em contato conosco e se disse disposto a fazer sua obrigação, determinando a abertura de inquéritos.

**O GLOBO — Em relação ao Executivo, essa CPI poderá atuar?**

**PASSARINHO** — Tudo o que for relativo à utilização ilícita do Orçamento, abrangendo quem quer que seja, a nossa CPI pode atuar. Um dos erros que gostaria que fosse salientado é que as pessoas dizem que estou limitando a atuação da CPI para dar maior velocidade aos trabalhos. Eu não posso é fugir do que a Constituição me obriga. A CPI é constituída de fato concreto para um determinado assunto, no caso, as denúncias do senhor José Carlos a respeito da utilização ilícita do Orçamento da União por parlamentares, Governo e empresas. Mas se vêm denúncias, por exemplo, de que uma determinada figura política cresceu muito seu patrimônio ao longo do tempo, sem que isso tenha sido resultante de manipulação ilícita de Orçamento, eu não posso mandar investigar.

**O GLOBO — Hoje é comum ouvir que a imunidade parlamentar contribui para escândalos como esse do Orçamento? Isso é verdade?**

Roberto Stuckert Filho



*"Há uma grande dificuldade para se conseguir provas testemunhais. As pessoas estão com medo de represálias"*

**PASSARINHO** — Isso é um equívoco enorme. A imunidade parlamentar não defende ninguém envolvido com corrupção. Ela nasceu com o parlamento, que por sua vez nasceu contra o absolutismo dos reis. A imunidade é para garantir a possibilidade de a oposição funcionar. Há dois tipos de imunidade, a formal e a processual. Eu fui vencido na idéia de acompanhar o que está na lei fundamental da Alemanha, que é de não haver imunidade para crime contra a honra.

**O GLOBO — Nesses casos, a imunidade parlamentar cairia automaticamente?**

**PASSARINHO** — Sim. Se o sujeito ataca a honra de outra pessoa, não tem o direito de ficar imune à ação. Mas hoje a imunidade está sendo garantida pelas mesas (da Câmara dos Deputados e do Senado). Se o sujeito comete um crime de calúnia, faz-se um processo mas ele esbarra na mesa, que não dá concessão para o prosseguimento do processo. Isso tem que ser modificado. Mas se for eliminada toda a imunidade, como a do voto, das palavras e opiniões, você proporcionará a todo governante a arrasar com a oposição. E ela não poderá dizer nada.

**O GLOBO — O Poder Judiciário alega que uma das dificuldades para se combater a corrupção na administração pública, principalmente quando envolve parlamentares, está na impossibilidade de se conseguir licença para processá-los.**

**PASSARINHO** — A mesa (da Câmara ou do Senado) segura o processo sob o ponto de vista que enquanto ele for parlamentar não se permite processá-lo. Se ele não se reeleger o processo pode continuar. Mas muitos se reelegem e o processo acaba chegando à prescrição. Isto tem que ser revisto, mas não com a idéia de se acabar defintivamente com as imunidades parlamentares.

**O GLOBO — Uma das coisas que começam a ser discutidas em torno da CPI do Orçamento é a possibilidade de os parlamentares envolvidos renunciarem a seus mandatos para escaparem da cassação e concorrerem às próximas eleições. Como evitar isso?**

**PASSARINHO** — Hoje me surpreendi com uma pesquisa de opinião pública informando que a população prefere a renúncia. Temos que conseguir alguma coisa para que esta renúncia não possa se transformar numa forma de frustrar a punição. Provalvemente, se não houver uma iniciativa anterior, o relatório final da CPI fará uma emenda constitucional propondo que quem renunciar para fugir da punição ficará automaticamente inelegível. Pode ser até por vários períodos, conforme a lei definir, para puni-lo, sem prejuízo da ação que o Ministério Público possa promover. O parlamentar renuncia, mas o dinheiro que ele furtou, o patrimônio que cresceu indevidamente, a renúncia não eliminará isso e a ação do Ministério Público continuará sore ele.

**O GLOBO — E uma emenda constitucional apresentada agora terá efeitos sobre os parlamentares investigados pela CPI?**

**PASSARINHO** — A CPI serviria de modelo, mas os efeitos da emenda seriam genéricos e acho que há muita receptividade da Câmara e do Senado para fazer isso.

**O GLOBO — O senhor é candidato a presidente da República?**

**PASSARINHO** — Essa é a pior coisa que se pode fazer contra a CPI, porque quebra a minha bandeira, que é a de não fazer dela um palanque político. Não tenho a menor pretensão quanto a isso.